

O RESGATE, A REFLEXÃO E A PROPOSIÇÃO A MONITORIA NA PUC-CAMPINAS

Profª Ms. Inês Aparecida Máscara Mandelli¹
Profª Dra. Juleusa Maria Theodoro Turra²

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre o ensino de graduação.

Apresentamos um texto que é a memória das atividades do Grupo de Trabalho sobre Monitoria, criado no ano de 2004, que continuou suas atividades ao longo do ano de 2005 e que, neste ano, avalia resultados. Um deles – o Sistema de Monitoria, SIM – foi apresentado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em sessão realizada no dia 21 de julho de 2006.

Além de ser memória, necessária na construção coletiva e permanente da Universidade, neste texto pretendemos externar reflexões realizadas pelo grupo e estimuladas pelos membros da comunidade universitária com quem mantivemos contato durante os meses de trabalho, assim como reintroduzir as reflexões que antecederam a formação do grupo e outras reflexões que ainda hoje são motivadas.

Do resgate e da memória, acrescidos das reflexões, surgiram proposições; algumas delas já realidade e em processo de avaliação, outras, em perspectiva e outras,

novas reflexões. Esta dinâmica dá nome ao artigo.

As atividades do GT Monitoria foram parte de um conjunto maior, que envolveu outras práticas que configuram o ensino de graduação. Consideramos importante dedicar, nesta introdução, algumas linhas para a primeira das reflexões.

O ensino de graduação é a porta de entrada na Universidade, tanto para os alunos, como para os docentes; é a atividade central, porque é de todos e não há como ser desenvolvida em outro tipo de Instituição.

Embora esta condição seja largamente conhecida, no tripé ensino-pesquisa-extensão que caracteriza a Universidade, o ensino foi considerado, por longo tempo, uma atividade para a qual todos já estariam aptos. Para a pesquisa e a extensão seriam necessárias políticas institucionais específicas, possivelmente porque teriam condições de desenvolverem-se em outros meios, como nos institutos de pesquisa que, cada vez de modo mais claro, possuem atividades extensionistas ou, ao menos, de divulgação científica³.

⁽¹⁾ Administradora de Empresas professora da Faculdade de Administração da Puc-Campinas

⁽²⁾ Cientista Social e Geógrafa, professora das Faculdades de Geografia e de Turismo da Puc-Campinas.

⁽³⁾ Em tempos mais recentes, observamos institutos de pesquisa que têm unidades de ensino, porém, na pós-graduação.

Para o ensino, em seus aspectos formais e nas relações de sala de aula, as ações e as decisões ficavam nas mãos dos docentes, discutidas por vezes, inovadas em outros momentos, mas muito pouco compartilhadas, refletidas e assumidas como políticas institucionais.

No final dos anos 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão - que já constava da Constituição Federal de 1988 - é estabelecida claramente e, embora as ações tenham sido desencadeadas em ritmo mais lento, as reflexões sobre o ensino de graduação ganham maior volume, especialmente com a consolidação de fóruns como o Fórum dos Pró-Reitores de Graduação (ForGrad).

A lentidão correspondeu à complexidade do ensino, em todos os níveis, mas, especialmente, no superior. As interfaces neste nível de ensino são mais abrangentes e múltiplas, pois abarcam as instituições profissionais, nacionais e internacionais, as demandas sociais nacionais e regionais, os projetos pedagógicos das instituições de ensino, as orientações da política oficial. Os currículos, portanto, são referenciados a este conjunto de sujeitos e se mantêm dinâmicos, porque novas áreas são propostas, outras são fundidas e muitas necessitam ser repensadas.

O ensino superior no país ainda é diminuto; muitos jovens não chegam ao estágio de nele ingressar e mesmo entre a pequena parcela que ingressa, encontram-se dificuldades no acompanhamento das atividades, por carências financeiras, por precariedade em sua formação anterior, por não dispor de tempo adequado aos estudos, que é compartilhado com o trabalho.

Com este quadro, sumariamente descrito, além das referências internas e externas consideradas, nas instituições, para as definições dos currículos dos cursos, a atenção a quem são os alunos reais é o ponto fundamental. Na direção do conhecimento de quem são os alunos, são realizados levantamentos diagnósticos e propostas ações, dentre elas o acompanhamento acadêmico, projeto desenvolvido na PUC-Campinas. Há, no entanto, um caminho muito longo a ser percorrido, que inclui novos e constantes estudos e, especialmente, compartilhamento de concepções e proposições⁴.

No ano de 2004, com os processos de avaliação institucional em curso e cumprida a etapa de implantação dos novos projetos pedagógicos definidos a partir do ano de 2000, chegava o momento de reconhecer o estágio alcançado. Foram propostas ações, desenvolvidas por grupos de trabalho, que realizaram diagnóstico de diferentes áreas relacionadas ao ensino de graduação, assim como grupos voltados especificamente ao apoio pedagógico e revisão dos projetos pedagógicos.

As proposições decorreram da formulação das Diretrizes para o Ensino de Graduação, parte substantiva do esforço em sistematizar e externar a missão, os objetivos e a visão de futuro que a PUC-Campinas estabeleceu em seu Plano Estratégico global do qual decorreram as Diretrizes Institucionais, definidas e aprovadas há dois anos⁵.

Dentre as doze Diretrizes do Ensino de Graduação, aqui são destacadas:

Estímulo e apoio ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos,

⁴ Ao visitar o sítio do CNPq, observa-se a existência de mais de 2000 grupos de pesquisa com vinculação ao ensino de graduação. A maioria absoluta voltada ao ensino de áreas específicas e os relacionados ao ensino de graduação de forma geral são, principalmente, relacionados às faculdades de Educação, ocorrendo poucas situações de grupos interdisciplinares, com este enfoque geral.

⁵ As Diretrizes Institucionais da PUC-Campinas foram aprovadas na reunião do Conselho Universitário em sua 382ª reunião, ocorrida em 16/12/2004.

buscando a melhoria constante de seus currículos de modo a privilegiar:

- Um ensino fundamentado no desenvolvimento de habilidades, competências, atitudes e em práticas acadêmicas que levem o aluno a ser protagonista de seu processo de formação, na perspectiva da autonomia intelectual. (Primeira Diretriz)

Qualificação permanente do estágio/prática profissional, dos trabalhos de conclusão de curso, da monitoria, da iniciação científica e das atividades complementares, contribuindo, efetivamente, para a melhoria dos processos de ensinar e aprender. (Sexta Diretriz)

As Diretrizes selecionadas, em razão do vínculo direto com as atividades de monitoria, permitiram que as ações desencadeadas mantivessem a articulação essencial em uma concepção abrangente de universidade, compatível com os desafios e responsabilidades que assume.

A constituição do Grupo de Trabalho Monitoria

O Grupo de Trabalho (GT) Monitoria foi criado pela Pró-Reitoria de Graduação, composto por docentes⁶ que apresentavam projetos e possuíam monitores em suas disciplinas, com atividades que foram consideradas importantes e aderentes aos conceitos de ensino de graduação. Os objetivos e atividades do GT estiveram, portanto, relacionadas à diretriz de

qualificação do ensino de graduação, parte integrante do Planejamento Estratégico da Universidade.

A formação do GT Monitoria respondia a uma reflexão e pudemos compreendê-la ao longo das atividades e ainda hoje. Assim como o ensino já foi pensado como uma atividade desprovida de suporte específico, quase uma transferência de experiências vividas, não necessariamente refletidas e aprendidas, a monitoria acompanhou a vida de diferentes disciplinas, seja porque havia interesse da classe monitorada, seja porque havia interesse em ofertar uma bolsa que contribuísse financeiramente com os alunos ou ainda porque esta era a experiência vivida pelo docente.

Pode-se afirmar que as monitorias eram recursos dos docentes para, em muitos dos casos, ter a função de grupos de estudo ou dos denominados 'plantões de dúvidas'. Em outros casos os monitores tinham a função de auxiliares, cumprindo atividades burocráticas ou de suporte técnico, ou ainda, sendo auxiliares de pesquisa⁷. Novamente as experiências vividas, práticas consolidadas ou mesmo carência de outras modalidades de apoio didático, tornavam-se as bases para a solicitação de monitores.

No momento em que o GT iniciou suas reuniões, compartilhando as experiências de cada qual e revisitando documentos que tratavam da temática, constatou-se que há alguns anos, as reflexões eram propostas e nem todas elas transmitidas entre as gerações de docentes que se sucederam. A PUC-Campinas foi também reconhecida como parte integrante e promotora de debates e que estes estavam dirigidos para a superação da concepção operacional da monitoria, para a sua integração às ações

⁶ No ano de 2004, o GT foi formado pelos professores: Inês A Mascára Mandelli (CEA-Centro de Economia e Administração), Juleusa M T Turra (CEATEC-Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, CLC-Centro de Linguagem e Comunicação), Mariângela P Zanaga (CCSA-Centro de Ciências Sociais e Aplicadas), Ricardo Lopes Cardoso (CEA-Centro de Economia e Administração) e Sonia Maria Bernardi (CCV-Centro de Ciências da Vida). Aparecida Érica Bighetti (CCV) participou das reuniões iniciais.

⁷ Estas situações não apenas são relatadas internamente na PUC-Campinas, como surgem em estudo realizado por Natário (2001).

pedagógicas e para o aprimoramento da formação do aluno monitor.

Com uma inicial surpresa, o GT Monitoria tomou contato com a norma referente às monitorias e pode-se reconhecer nela parte das proposições que os membros do GT apresentavam em seus projetos. A normativa, no entanto, não era conhecida, exceto pelos formulários de inserção de projetos ou critérios de inscrição de monitores. O conceito de monitoria que a embasava e as contribuições que foram incorporadas a partir de eventos destinados a discutir monitorias não estava mais presente no cotidiano dos docentes. Destacamos, porque a memória do processo é essencial, a publicação *Série Acadêmica* que, em seu número 9, traz um histórico sobre a implantação da monitoria no ensino superior, resgata os estudos levados a efeito na Universidade e os resultados do Fórum de Coordenadores de Curso, existente a partir de 1997, e do Seminário sobre Currículo: temática monitoria, do ano de 1998.

Além do reconhecimento da trajetória de debates internos à PUC-Campinas, o grupo buscou informações no MEC e em outras IES, assim como buscou artigos⁸ que tratassem da temática monitoria, havendo internamente um Trabalho de Conclusão de Curso, na Faculdade de Terapia Ocupacional⁹.

O trabalho realizado

A primeira etapa dos trabalhos do GT Monitoria, internamente e nos contatos com os Centros, foi marcada pelo reconheci-

to de que havia uma normativa que conceituava monitoria, estabelecia objetivos, direitos e procedimentos; a normativa era resultado de um processo iniciado no ano de 1992, revigorando reflexões dos anos de 1980¹⁰.

De outra parte, o acesso aos dados quantitativos sobre número de cotas de monitoria e a sua distribuição e uso efetivo, demonstrou situações díspares: cursos que não utilizavam as cotas disponíveis, outros que as distribuía em números de horas grandemente diferenciados e cursos que reivindicavam maior cota. Ao lado das cotas com o benefício da 'bolsa monitoria', em vários dos cursos havia a opção da monitoria voluntária.

Para compreender as situações singulares, buscou-se, respeitado o período de tempo previsto para as atividades do GT, o contato mais direto com os cursos que utilizavam plenamente suas cotas monitoria e também os que não as utilizavam.

Foram identificadas causas para o pequeno aproveitamento das cotas monitoria, assim como para o seu uso pleno. Dentre as causas do pequeno e do não aproveitamento das cotas monitoria identificou-se, a partir do contato com os diretores de Centro ou de Faculdade, problemas relacionados à divulgação das monitorias, às dificuldades dos cursos noturnos, à rotatividade dos docentes nas disciplinas e a própria valorização da ação dos monitores.

Nos cursos que utilizavam plenamente suas cotas observou-se uma cultura de valorização da monitoria construída ao longo do tempo, maior permanência de equipes

⁽⁸⁾ Atualmente há vários estudos acadêmicos sobre monitoria, mas tratam, em sua maioria, sobre o Ensino a Distância. Para o ensino regular, presencial, há referências em trabalhos que tratam da questão da evasão e da repetência, sobre a articulação, monitoria e formação de professores e sobre a atuação dos monitores na melhoria da aprendizagem, neste caso em curso de Terapia Ocupacional, igualmente.

⁽⁹⁾ O trabalho de Joyce Scapinelli, orientado por Lílían V. Magalhães, teve como título "A importância da monitoria na formação acadêmica", sendo desenvolvido no ano de 2003.

⁽¹⁰⁾ A primeira referência institucional sobre monitoria na PUC-Campinas é do ano de 1987, mas a legislação de ensino superior de 1968 traz referência específica a esta ação, regulamentada em decreto do ano de 1971.

docentes que aprimoraram o conhecimento sobre o projeto pedagógico, assim como estruturaram ações de caráter mais coletivo.

Abaixo, apresentamos uma tabela simplificada da condição encontrada¹¹, que, em números gerais, significava um aproveitamento de cerca de 60% das cotas monitoria colocadas à disposição.

Tabela 1. Quantidade de cursos por aproveitamento percentual das cotas monitoria.

| faixas percentuais % | 2004 | 2005 |
|----------------------|------|------|
| 0 | 8 | 5 |
| 1 a 25 | 4 | 7 |
| 26 a 50 | 8 | 10 |
| 51 a 75 | 11 | 10 |
| mais de 75 | 9 | 7 |

Fonte: Sistema Acadêmico - PUC-Campinas.

Em todos os cursos com que foi estabelecido contato houve o interesse no conhecimento das normas e no aprimoramento na sua divulgação, notadamente junto aos alunos.

O interesse dos alunos em relação à monitoria não foi aferido, diretamente, na primeira fase das atividades, mas pela experiência dos membros do GT e pela manifestação dos funcionários e docentes contatados, pode-se inferir que o valor dado à monitoria estava mais voltado para o benefício da bolsa oferecida, sem destaque para a importância no processo de sua formação.

Ao mesmo tempo em que o GT trabalhava com o detalhamento de seu plano de ações de caráter mais geral, foram intensificadas iniciativas para a divulgação da monitoria com a proposição de um cartaz indicando a época e os requisitos para a

inscrição, um folder, resgatando os objetivos e a importância da ação dos monitores, assim como um vínculo específico no portal sítio da universidade na internet.

A combinação do trabalho de diagnóstico com a proposição de divulgação da monitoria junto aos alunos, permitiu que não houvesse interrupção das discussões ou das atividades dos monitores, configurando um modo de trabalho que permanecerá importante nas atividades do Grupo de Trabalho.

O conjunto de informações coletadas, com características de diagnóstico, compôs o primeiro relatório do Grupo, apresentado aos diretores de centros e de faculdades em dezembro de 2004.

O trabalho do grupo, a partir dos diagnósticos, estabeleceu dois eixos de ação: o primeiro tratando do aspecto conceitual que necessitava ser revigorado e difundido, o segundo voltado à dimensão acadêmico/administrativa, pensado como resposta à necessidade de gestão das informações referentes à monitoria que eram coletadas e arquivadas pelos Centros, sem unificação e sem oportunidade de se transformar em informação propriamente.

O primeiro eixo, que recebeu o título de **Revigoração do Conceito de Monitoria**, foi previsto para desenvolver-se em três programas, cada qual com suas ações específicas. **O Programa I, relativo à disseminação do conceito de monitoria elaborado na PUC-Campinas**, para o que seriam necessárias ações de comunicação. **O Programa II, voltado à capacitação, com ações previstas para docentes e discentes** e **o Programa III, com o nome de Inclusão Pedagógica, prevendo ações para a articulação das proposições sobre monitoria nos projetos pedagógicos.**

⁽¹¹⁾ Os dados, para serem comparados, são relativos ao 2º semestre de cada ano. A soma dos cursos tem diferenças em razão de transição entre projetos acadêmicos, que geravam duplicação de cursos.

A monitoria na PUC-Campinas estava expressa como 'atividade discente, de âmbito acadêmico, que visa a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, propiciando condições de aprofundamento teórico e desenvolvimento de habilidades relacionadas à docência' (RN 116/00)¹². Este entendimento coincidia com as definições encontradas em outras instituições e com as orientações legais. Mais que isso, reafirmava características fortes do ensino superior, aprofundamento teórico e desenvolvimento de habilidades, especificamente articuladas à formação para a docência.

A definição, não sendo conhecida, deixava de fertilizar a elaboração dos projetos de monitoria. A particularidade da inserção das disciplinas nos cursos, as características teóricas e metodológicas, assim como a condição de serem práticas ou teóricas, não vinham sendo contempladas nos projetos, não sendo explícito o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas.

O Grupo de Trabalho propôs situações em que esta conceituação ganhasse destaque. A primeira das situações, a partir da atualização da Resolução Normativa, seria a simplificação de acesso a este documento, uma vez que, nas condições anteriores, somente era previsto o acesso aos formulários para entrega dos projetos e não havia conhecimento de seus conteúdos por parte dos alunos.

Para a difusão do conceito, também estavam previstas inserções na imprensa da Universidade, divulgando não só o calendário, mas ações dos projetos de monitoria em curso.

A minuta da nova Resolução Normativa apresenta:

Entende-se por **MONITORIA** a atividade discente, de âmbito acadêmico,

alicerçada em projeto específico, que visa a dinamização do processo ensino-aprendizagem, propiciando condições de aprofundamento teórico e desenvolvimento de habilidades relacionadas à docência por parte do aluno monitor.

Observe-se que não há alteração substancial, mas adequações. Os objetivos, por sua vez, são listados, distinguindo-se as esferas a que estão relacionados, com isso temos claramente expressos os objetivos em sua dimensão institucional e em relação aos processos pedagógicos.

O GT considerou, no âmbito das discussões sobre a atualização da Resolução Normativa, a importância em destacar os objetivos relacionados ao ensino de graduação em seu conjunto e à possibilidade de estender o ciclo de ensino-aprendizagem por meio da monitoria, dentre outros.

As atividades junto à classe de aula, pela renovação dos instrumentos e métodos de aprendizagem, como exemplos, são os objetivos agrupados em sua dimensão pedagógica. Esta introdução altera a concepção de objetivos geral e complementares, dado que o nível de importância seria, na nova proposição, igualitário.

Os objetivos nos projetos de cada docente e para cada um dos monitores são apresentados de modo geral, permitindo e estimulando que haja uma aderência entre o projeto pedagógico do curso, a natureza e os objetivos da disciplina com as proposições do Projeto de Monitoria.

Em relação ao **programa de capacitação**, destaca-se o oferecimento de atividades para alunos e para docentes. Estas atividades, em elaboração, pretendem agregar alunos por grupos e áreas, para favorecer o compartilhamento e a

¹² Esta compreensão teve sua redação alterada, parcialmente, na proposição e aprovação de nova Resolução Normativa.

cooperação. Ao mesmo tempo, espera-se poder realizar atividades em que os alunos provenientes de áreas que têm maior foco na educação e formação de docentes, possam colaborar com os estudantes de outras áreas.

Dentre as atividades para alunos, já pudemos oferecer, em conjunto com outros docentes, uma Prática de Formação, modalidade diferenciada de atividades que compõem os currículos e que são desenvolvidas com alunos de vários cursos. A Prática de Formação oferecida foi voltada à capacitação do aluno monitor, na qual as questões aqui abordadas constituíram-se em tópicos de trabalho¹³.

Quanto ao terceiro programa, inserção pedagógica, é dada atenção à reafirmação do papel dos Conselhos de Faculdade, esfera de discussões e deliberações acerca das disciplinas que oferecem monitorias. A ação dos Conselhos de Faculdade permitiria a inserção da monitoria no seu devido espaço no Projeto Pedagógico, seja como instrumento de formação dos alunos monitores, ou como instrumento de qualificação dos processos de aprendizagem das classes monitoradas.

A atuação do Grupo de Trabalho permitiu o ingresso de seus membros na discussão acerca do ensino de graduação, verificando que o conceito de currículo envolve, efetivamente, todas as ações, e também a monitoria, para a qual é necessária a reflexão.

Não têm sido muito comuns estudos acerca da capacitação para o exercício da monitoria. Em nossas buscas identificamos, especificamente, um trabalho de Natário (2001) que também expressa esta lacuna e ressalta o papel da monitoria no ensino cooperativo. Ou seja, as ações propostas na PUC-Campinas e as conceituações com que

trabalha, têm aderência em relação às exigências para o ensino superior atual e o nosso estágio de discussões não difere, grandemente, do que ocorre em outras IES.

A monitoria permite uma maior vivência acadêmica do aluno monitor, alimentando as ações de diversificação das situações de aprendizagem, o enriquecimento de uma das situações de maior compromisso, que é o ensino cooperativo, entre os estudantes, ultrapassando a concepção de que o monitor é o plantonista ou o repetidor das aulas perdidas ou pouco aproveitadas.

Para que estas situações sejam propiciadas, as ações no âmbito acadêmico/administrativo mostravam-se igualmente importantes e compuseram o **Eixo II**, também com três programas: **adequação à diversidade, gestão administrativa e acompanhamento institucional**.

A adequação à diversidade, embora mantenha referência com os conceitos de monitoria e de universidade, foi incluída no eixo do gerenciamento, pois previa que as orientações legais mantivessem seu caráter de diretrizes gerais e as especificidades seriam definidas no âmbito de cada curso.

Para a gestão administrativa considerou-se a oportunidade de, empregando os recursos da informática e da comunicação via web, apresentar um sistema de inserção de projetos, inscrição e seleção de monitores. O Sistema de Monitoria - SIM – implantado, permite que os alunos conheçam os vários projetos das diversas disciplinas do curso e que os docentes tomem conhecimento do conjunto de alunos interessados, com acessos ao seu histórico escolar e já incluídos dentro dos pré-requisitos necessários. O SIM permitirá, com novo módulo em desenvolvimento, incluir as

¹³ Foram oferecidas duas turmas, em 2006, uma no Centro de Ciências da Vida-CCV, outra no Centro de Ciências Humanas-CCH e a atividade deverá ser novamente oferecida para o segundo semestre de 2006, com as adequações que as avaliações apontaram como oportunas.

avaliações. Como objetivo central, não só está a facilitação das ações, mas, principalmente, a oportunidade de acompanhamento e diagnóstico das situações semestre a semestre, pois permite a emissão de relatórios.

Os relatórios, cujas primeiras análises estão em processo, apresentam novos quadros sobre as monitorias da PUC-Campinas. A quantidade de cursos sem proposições de projetos diminuiu para 4 cursos, tanto no primeiro, como no segundo semestre de 2006.

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, há projetos apresentados cobrindo o volume de cotas colocadas à disposição, com a inscrição dos alunos atingindo um nível que, com a nova sistemática, pode ser aferido e acompanhado.

Tabela 2. Projetos de Monitoria apresentados e alunos inscritos - 2006.

| | 2006/1 ^o S. | 2006/2 ^o S. |
|--------------------------------------|------------------------|------------------------|
| <i>quantidade de projetos</i> | 371 | 365 |
| <i>projetos com alunos inscritos</i> | 332 | 326 |
| <i>projetos sem alunos inscritos</i> | 39 | 39 |

Fonte: Sistema de Monitoria - SIM - PUC-Campinas.

Com dados gerados em relatório relativo ao primeiro semestre de 2006, pode-se constatar que o Sistema de Monitoria foi acessado e permitiu a inscrição de 1871 alunos, representando, com exceção de dois cursos, todos os cursos da PUC-Campinas.

Os números apresentados na Tabela 2, já trazem os resultados de outra ação desenvolvida, os estudos para nova sistemática de definição de cotas de monitoria para cada um dos cursos e a carga

horária, hoje estabelecida em três regimes: 6, 12 ou 18 horas. A sistemática anterior, em vigência entre os anos de 2000 e 2005, estabelecia as cotas em função do número de alunos e número de disciplinas. Foram introduzidas novas variáveis, quantidades de semestres para integralização do currículo, turnos de oferecimento e número de alunos ingressantes. Buscou-se, com esta nova proposta, realizar um acompanhamento mais próximo do que são os cursos e suas necessidades quanto às monitorias.

O terceiro programa deste eixo é voltado ao **acompanhamento institucional** quantitativo e qualitativo dos processos relacionados à monitoria, facilitados pelo SIM e o acompanhamento das iniciativas de outras instituições, assim como das publicações voltadas para o tema.

No ano de 2005¹⁴, o grupo dedicou-se à configuração do SIM, às revisões necessárias na Resolução Normativa e em seus anexos, encaminhando proposição de Diretrizes da Monitoria que foi submetida ao Conselho Universitário, assim como a elaboração dos relatórios do Programa de Avaliação Institucional (PROAVI).

No ano de 2006, novos módulos do SIM estão sendo propostos. Apresentamos na Reunião Anual da SBPC o que é este programa e desenvolvemos a Prática de Formação com dois grupos, além de iniciarmos as atividades de análise dos relatórios gerados pelo Sistema de Monitorias, visando acompanhar quantitativa e qualitativamente o desenvolvimento da atividade.

Novas reflexões

Conforme procuramos transmitir neste texto, as ações do Grupo de Trabalho

¹⁴ O GT Monitoria, no ano de 2005, foi composto por novos docentes: Karina Toledo Solha (CLC-Centro de Linguagem e Comunicação) e Thelma R. Gabriel da Silva (CCV-Centro de Ciências da Vida), com a participação inicial de João Vicente da Silva (CCV-Centro de Ciências da Vida).

proporcionaram aos seus membros uma visão não só da monitoria, mas nos levaram a conhecer a Universidade e, de forma mais ampla, o que pode ser o ensino superior.

As proposições feitas estão, passo a passo, sendo implementadas ou readequadas. Várias ações precisam ser implementadas, especialmente, junto aos alunos e aos docentes, de modo a valorizar a reflexão e o debate sobre os processos de ensino e de aprendizagem que podem ser dinamizados pela monitoria, situações em que o tema monitoria é, a um só tempo, meio de discussão sobre o ensino superior e finalidade da discussão.

Como meio para a discussão, referimos à necessidade de compatibilizar as especificidades de cada área e cada curso com as diretrizes gerais. A introdução do debate sobre como podem ser as monitorias em disciplinas iniciais, em disciplinas teóricas ou práticas, podem ser estímulos ao reconhecimento das especificidades, inclusive das particularidades da docência em cada área.

Por outro lado, as iniciativas de articulação entre áreas distintas, com ações cooperativas entre os próprios monitores, podem ser instrumentos de revigoração do conceito de universidade.

Para o conjunto dos docentes - e para os Conselhos de Faculdade - a reflexão e decisão sobre as disciplinas que apresentarão projetos de monitoria são ferramentas de avaliação dos cursos, de conhecimento das metodologias de ensino, de oportunidade de pensar o projeto pedagógico.

As proposições sugeriram novas reflexões e nos fizeram lembrar que a parte também contém o todo.

Referências

DELORS, Jacques (org.) Educação: um tesouro a descobrir. 6ª ed. São Paulo: Cortez: UNESCO:MEC, 2001.

NATÁRIO, Elisete Gomes. *Programa de monitores para atuação no ensino superior: proposta de intervenção*. 2001. 142 p. Tese (doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001.

PONTIFÍCIA Universidade Católica de Campinas. Resolução Normativa 116/00.

SÉRIE Acadêmica. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. v.9, 2002. Campinas (SP), 2002.

“... as iniciativas de articulação entre áreas distintas, com ações cooperativas entre os próprios monitores, podem ser instrumentos de revigoração do conceito de universidade.”

“Um educador faz a diferença...ensina a assumir e vivenciar valores construtivos, individual e socialmente. Cada um dos professores colabora com um pequeno espaço, uma pedra na construção dinâmica do “mosaico” sensorial-intelectual-emocional-ético de cada aluno. Este vai organizando continuamente um quadro referencial de valores, idéias, atitudes, tendo por base alguns eixos fundamentais comuns, como a liberdade, a cooperação, a integração pessoal”. (José M. Moran, 2001)